



NÚCLEOS E VARIANTES DA IDEOLOGIA NACIONAL

Palavras-Chave: ideologia nacional, marxismo, Estado-nação

Autores(as):

LIA DE CASTRO IELO, IFCH – UNICAMP

Prof. Dr. ARMANDO BOITO JR. (orientador), DCP - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa pretende, de forma limitada, explorar o conceito de ideologia nacional da forma como entendida por Nicos Poulantzas e Décio Saes, ou seja, a ideologia respectiva à reprodução do Estado-nação, superestrutura do modo de produção capitalista. A hipótese da qual parti para todo o desenvolvimento é a de que existem variantes sobre a ideologia nacional, dependendo de sua apropriação em projetos políticos; e o principal questionamento era o de como e por que essa variação ocorre. Para responder as perguntas, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre autores canônicos da área para que eu encontrasse, dentro de suas argumentações e diferentes visões, as continuidades e descontinuidades do conceito.

METODOLOGIA:

Para a realização da pesquisa, foram feitos, ao todo, 9 relatórios de leitura, que consistiram em resumir os argumentos principais do texto e ao mesmo tempo fazer uma análise crítica dele. Para o modelo de relatório segui as seguintes perguntas a) As principais teses do autor que interessam para a minha pesquisa. São teses originais? Que polêmicas acarretam essas teses? b) Quais são os principais argumentos do autor para sustentar essas teses. São argumentos convincentes? São teóricos, empíricos ou ambos? c) Como essas teses repercutem na minha pesquisa? Que caminhos de reflexão elas abrem para mim?

Lançaremos mão, também, do tipo de leitura proposto por Louis Althusser, a chamada leitura sintomal (Althusser, 2018). Essa consiste em procurar, além das teses e dos argumentos explícitos do texto, a sua estrutura ou problemática, isto é, as suas perguntas e pressupostos, estejam ou não explícitos no texto. A detecção da problemática permite uma compreensão mais aprofundada e rigorosa de um texto ou de um conjunto de textos. Muitas vezes textos que divergem no nível das teses e argumentos, podem compartilhar, no nível dos pressupostos de das perguntas que se encontram na sua base, um terreno comum.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Foram, no total, selecionadas 10 obras para o desenvolvimento da pesquisa, 3 que embasaram o meu entendimento sobre o conceito de Estado-nação e as outras 7, que serviram à discussão sobre ideologia nacional/ nacionalismo. No início da pesquisa, parti do entendimento de nação enquanto superestrutura capitalista; em O 18 Brumário de Luís Bonaparte (Marx, 2011), Marx demonstra que o Estado, no geral, é uma cúpula que tem como função social administrar a luta de classes; posteriormente, Poulantzas (Poulantzas, 1977) e Décio Saes (Saes, 1988) elaboram sobre esta tese e deixaram claro que,

por mais que a função social do Estado permaneça essa enquanto houver luta de classes, em cada modo de produção o Estado apresenta especificações no seu aparato jurídico-burocrático, que o caracterizam em formas estatais diferentes. A especificidade do Estado no modo de produção capitalista é a sua forma nacional.

A forma nacional é o que delimita minha pesquisa, meu objetivo foi analisar a ideologia responsável por reproduzi-la. As especificidades do Estado-nação estão no fato de que a forma jurídico-burocrática com que ele se organiza criam os chamados efeito de isolamento e de representação de unidade, em outras palavras, o fato de a burocracia estatal estar aberta formalmente para todas as classes e o fato de que na constituição, todas as pessoas nascidas em determinado território têm os mesmos direitos políticos, cria uma comunidade que se enxerga como unidade de iguais, onde cada pessoa é vista como um indivíduo de pleno direito, ou seja, um cidadão. Lúcio Almeida (Almeida, 1990) tem a pretensão de conectar essa ideia de Estado-nação ao conceito de ideologia, explorando o que seria uma ideologia nacional, responsável pela reprodução dessa forma específica de Estado.

Almeida faz isso resgatando textos de Marx e Engels que poderiam conter uma teoria nacional, nessa busca ele acaba defendendo que essa suposta teoria, contida em textos renomados dos dois autores, se baseia muito na ideia de colonialismo, nela Marx defenderia a necessidade de apoiar nações caso isso fosse de interesse político da luta proletária do país, como seria o caso da Irlanda, na época; isso sugere, mesmo que de forma embrionária, um debate que detalharei mais a diante, sobre a autodeterminação das nações. Além disso, Almeida também introduz a percepção de ideologia nacional relacionada ao racismo e etnocentrismo, o outro viés da colonização, e mostra como a luta de classes, em escala mundial, precisa do recorte nacional para acontecer.

A ideia de comunidade de iguais advinda do efeito de isolamento e representação de unidade é explorada por Benedict Anderson em Comunidades Imaginadas (Anderson, 2008), nessa obra, o autor se afasta teoricamente do que o marxismo, principalmente o de Poulantzas, entenderia como formação da nação, e Anderson elabora sua própria teoria a respeito desse processo. Particularmente, para a minha pesquisa, a teoria formulada pelo autor não me foi útil para entender a ideologia nacional, justamente pelos motivos que citei acima de divergências teóricas, entretanto, a leitura e análise da obra foi, por outras razões, um pouco mais minuciosas, bastante útil.

Primeiramente, Comunidades Imaginadas foi a obra responsável por me fazer perceber, com clareza, que se eu quisesse entender a ideologia nacional eu teria que compreender como se formaram as nações. Lúcio Almeida já havia proposto a ideia de um nacionalismo que existia antes da própria nação, que, segundo ele, teria sido o movimento político que não reproduzia a nação, mas sim, que pedia pela instauração dela. Anderson, apesar de eu discordar da linearidade histórica e das razões que ele coloca para a formação da nação, mostra que, de fato, a ideologia nacional é anterior à nação, presente nos movimentos políticos que tinham em sua agenda sua formação e que isso ocorreu em momentos e por razões diferentes: segundo ele, tendo como núcleos principais, primeiro na América hispânica, depois na Europa e, por fim, no restante do Sul global; Minha visão sobre a historicidade da formação nacional está mais alinhada com a de autores que falarei mais adiante. Além disso, o que de mais relevante Anderson acrescentou na minha pesquisa, foi a noção de língua vernácula, burocracia estatal feudal, etnia, religião e símbolos, que foram realocados para teoria marxista por Hobsbawm (Hobsbawm, 2021), mas que, nesse meu primeiro contato com o tema, me fizeram perceber que a ideologia nacional está estruturada sobre uma série de identidades coletivas abstratas que são o que está objetivamente presente no imaginário de cada indivíduo, quando este considera a ideia de nação, país ou pátria.

Seguindo a cronologia das obras estudadas, analisei a coletânea A questão nacional e marxismo, organizada por Jaime Pinsky (Pinsky, 1980). Nela, Pinsky reuniu diversos autores militantes revolucionários e líderes políticos, que escrevem textos independentes onde colocam suas próprias considerações sobre o que é nação e qual seu papel na política e no marxismo. Essa coletânea foi ímpar no meu entendimento sobre a apropriação política da ideologia nacional, base da questão norteadora sobre a qual elaborei minha pesquisa. Apesar de outros autores já citados terem abordado nação e colonialismo, esse livro foi o primeiro contato que eu tive diretamente sobre como a ideologia nacional é praticamente tratada, como o nacionalismo e o futuro da ideia de nação de fato teriam espaço em um programa político. Esse debate girava majoritariamente entorno do direito à autodeterminação das nações, militantes e líderes políticos defendendo ou criticando a concepção de que a nação, apesar de uma forma específica do Estado burguês, é necessária para o movimento dos trabalhadores e que um povo se autodeterminar e expulsar seus colonizadores seria um passo essencial na luta política proletária daquele país, ou seja, um extenso e não finalizado debate sobre se o nacionalismo enquanto movimento político é ou não essencial para o movimento revolucionário proletário. Apesar de Pinsky, em nenhum momento, apresentar sua opinião ou conclusão sobre o debate, o mais importante, na minha leitura foi a confirmação da minha hipótese de que o nacionalismo pode ser e é apropriado por vertentes e agendas políticas diferentes, para fins diferentes. Ao final dessa leitura ficaram meus questionamentos que não foram possíveis de serem respondidos na presente pesquisa, mas penso que são reflexões relevantes para pensar o debate, principalmente se vistos por uma perspectiva estrutural: como ficaria a nação caso o capitalismo fosse superado? É possível uma nação comunista?

Ainda sobre a questão de apropriação política da ideologia nacional, a coletânea se conecta com a obra seguinte, de Hobsbawm, Nações e nacionalismo desde 1780, onde ele demonstra, inclusive trazendo os debates da Segunda Internacional, amplamente tratada na obra de Pinsky, que, através da ideia de autodeterminação das nações e dos movimentos de libertação nacional, uma mesma ideologia que reproduz nações e cria o colonialismo, também cria as nações revolucionárias que se libertaram dessa mesma colonização; demonstrando que existe, sim, formas antagônicas de se apropriar politicamente da ideologia nacional. Hobsbawm, entretanto, retoma também a ideia de formação da nação, que após essa leitura me encaminhou para pesquisar mais sobre esse movimento: ele introduz, no terceiro capítulo de seu livro a ideia de protonacionalismo; no conceito de protonacionalismo ele resgata a teoria de Anderson sobre o imaginário da comunidade com base na língua e demonstra que esses elementos são puramente identitários, ou seja, eles são apropriados pelo nacionalismo e o nacionalismo precisa deles pra se constituir enquanto movimento na mentalidade popular, mas que sozinhos, os protonacionalismos não são suficientes para constituir um movimento nacional, ou uma nação. O protonacionalismo surge antes do movimento nacional pré-nacional (aquele que existe antes do capitalismo, e que tem como objetivo principal a formação da nação, não a sua reprodução). O que então torna o protonacionalismo, nacionalismo? Em outras palavras, qual o momento em que esses elementos identitários se tornam políticos? Hobsbawm, no restante da obra não elabora muito mais sobre a ideia de protonacionalismo, afinal, não fazia parte da sua proposta, mas ele coloca como principal fator de formação nacional o mercado, que está ligado materialmente ao território e que é a base principal para acumulação burguesa de capital, mas ele também não explora como esses elementos se conectariam ao protonacionalismo.

Para entender e responder essas perguntas contei com as obras A revolução francesa, de Albert Soboul (Soboul, 1974), A revolução inglesa de 1640, de Christopher Hill (Hill, 1987) e com o ensaio “Estado e transição ao capitalismo”, no livro Estado, política e classes sociais, de Armando Boito (Boito, 2007). Neste capítulo, Boito argumenta sobre a descontinuidade existente entre o absolutismo e o capitalismo, mostrando que o absolutismo faz parte do feudalismo e que as revoluções burguesas surgiram para romper com ele, ao contrário do que argumentou o próprio Poulantzas, que via o absolutismo como

o embrião do Estado capitalista. Hill e Soboul têm teses parecidas em suas obras, apesar de tratarem de momentos diferentes, os dois querem provar que o estudo da história tem negligenciado a posição fundamental das classes trabalhadoras que teriam sido a verdadeira força motriz das revoluções burguesas, posteriormente sendo traídas pela burguesia, que elaborou ideologicamente a revolução. A junção de todos esses textos me fez chegar a conclusões importantes.

Em primeiro lugar, deparei que o protonacionalismo, conceito de Hobsbawm, não é um nacionalismo embrionário, que ainda não se tornou político; ele depreende, na verdade, elementos fundamentais do absolutismo que permitiram o surgimento do Estado moderno e sua consequente unidade política: a base territorial para o desenvolvimento do mercado nacional e da nação. Anderson aborda a vernacularização da língua durante o absolutismo e Boito trata do burocratismo absolutista, unindo os dois, conclui que é o burocratismo absolutista que se apropria dos elementos protonacionais que, se somados com a centralização do poder, criam uma unidade política territorialmente delimitada. Entretanto, ainda permaneço concordando com a tese de Boito de que o absolutismo não é um capitalismo embrionário, portanto, a meu ver, a união e centralização política é diretamente conectada ao aumento da dominação política da nobreza durante o período absolutista. Dito isso, minha hipótese é que o surgimento da nação, no período das revoluções burguesas, se deu como uma resposta antagônica às dominações excessivas e crises do período absolutista, mas que o Estado-nação só foi historicamente possível porque o absolutismo concretizou a unidade política territorial e se apropriou de elementos protonacionais em sua burocracia, os colocando como características específicas de cada Estado moderno em sua totalidade, criando, portanto, identidades impostas à coletividade.

O mais importante dessas três obras, entretanto, foi me mostrar que, durante o processo revolucionário, cada classe ou fração de classe que participava da conjuntura política lutando pela criação da nação, tinha seu próprio projeto do que seria a nação: todas as visões de nação contavam com o fim do direito feudal e uma sociedade unitária que possuísse igualdade de direitos políticos, ou seja, com a criação da cidadania. Porém, em um espectro que passava de camponeses para classe trabalhadora urbana, para pequena média e grande burguesia, o projeto de nação variava no que diz respeito à igualdade material; as classes trabalhadoras, que ainda não tinham sua classe bem delimitada e uma consciência de classe concretizada, impulsionavam uma revolução que vislumbrava uma democracia material, enquanto as burguesias não aceitavam a possibilidade dessa igualdade e de, conseqüentemente, ferir o princípio de competição e acumulação de capital; fazendo com que, para o projeto final de nação, as maiores burguesias se aliassem a visões aristocráticas conservadoras de nação, e, para manter o ideal de mercado nacional, negligenciassem quase completamente as necessidades e exigências das classes trabalhadoras que, como mostraram os autores, foram fundamentais para o sucesso das revoluções.

CONCLUSÕES:

A ideologia nacional, desde seu surgimento, já estava fragmentada de acordo com os diferentes projetos políticos das classes que se formaram, mesmo que de forma embrionária, no período das revoluções burguesas, antes mesmo do surgimento do Estado capitalista. Concluo minha pesquisa com novas hipóteses: essa apropriação política, que chamei desde o início da pesquisa, na verdade é, em seu surgimento, a forma como cada classe em formação e em busca da realização de seus projetos políticos, lutou contra a dominação feudal. Vejo e, novamente, faço hipóteses dentro das limitações da minha pesquisa, que esses projetos de nação e fragmentação de classes continuaram como forças de tensão dentro da conjuntura política do Estado-nação e que a essência da variabilidade política dos projetos nacionalistas, mesmo que as classes e a nação em si tenham evoluído desde as revoluções burguesas, continua sendo a respeito da igualdade econômica; e que a continuidade entre a ideologia nacional está presente na defesa, também desde o início, da igualdade política. Importante pontuar também que, apesar de, no final, minha pesquisa ter me permitido uma visão mais detalhada sobre as revoluções burguesas,

acredito que a lógica sobre luta de classes e nacionalismo, que apresentei nesta conclusão, também se aplica a formações nacionais posteriores. Dito isso, concluo também que, para mim, o nacionalismo, quando entendido como uma busca por uma democracia econômica, pode sim fazer parte de um projeto político marxista, ainda que não seja a solução para a luta de classes.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Estado-nação e ideologia nacional. 1990. 225f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

ALTHUSSER Louis, Por Marx, Campinas: Editora Unicamp. 2018.

ANDERSON, Benedict R. Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOITO JR Armando. Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2007.

HILL Christopher. O mundo de ponta-cabeça. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. 10ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

MARX, Karl. O Dezoito brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Editora Boitempo. 2011. PINSKY, Jaime. Questão Nacional e Marxismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980. POULANTZAS Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977. SAES, Décio. O conceito de Estado burguês. In: Estado e democracia: ensaios teóricos. 2. Ed. Campinas: IFCH/Unicamp. 1998

SOBOUL Albert. A Revolução Francesa. São Paulo: DIFEL, 1974.